

Palestinos sem justiça.

Olhar o Mundo, Publicado em [04 / 03 / 17](#)

Luiz Eça

Alvejado por soldados israelenses, que acabava de atacar, o palestino Abdel Sharif tombou gravemente ferido.

Depois de o revistarem cuidadosamente, os soldados verificaram que ele não carregava bombas, estava imóvel, indefeso e incapaz de fugir.

Foi quando surgiu o cabo Elor Azaria.

Ele disse algumas palavras raivosas e, sem hesitar, matou o palestino com dois tiros na cabeça.

Alguém gravou tudo em vídeo-tape.

Preso, Azaria foi submetido a julgamento por um júri formado por três juízes militares.

Durante as audiências, várias pessoas, inclusive soldados, testemunharam ter ouvido o cabo dizer: “este cão ainda está vivo” e “este terrorista merece morrer”, antes de atirar.

Os procuradores apresentaram evidências de que Azaria odiava profundamente os palestinos. Na Guerra de Gaza, em 2004, ele postou mensagens no Facebook, pedindo o massacre de todos os habitantes da região.

Os juízes notaram que Azaria, em nenhum momento demonstrou arrependimento.

O assassinato estava mais do que provado.

A presidente do júri, Maya Heller, considerou que a ação de Azaria atentava seriamente contra os valores da sociedade israelense como um todo, violando a “pureza das armas” do código ético dos militares de Israel.

E o veredicto afirmava: “O uso da força por razões outras do que uma missão definida, envolvendo a perda de uma vida humana, mesmo de um terrorista, é inaceitável. O respeito aos direitos humanos e a salvaguarda da dignidade humana estão embutidos no caráter do estado como um estado democrático e judeu (*al Monitor*, 23 de fevereiro).”

Parecia inevitável uma condenação por assassinato a sangue frio.

Pois, não aconteceu.

Os juízes preferiram enquadrar o crime como “assassinato culposo (*“manslaughter”*), ou seja, sem intenção de matar, caso em que a pena é muito mais branda.

Acho altamente questionável.

Havia provas irretorquíveis de que o patriótico cabo pretendia claramente dar cabo do palestino.

Na sessão para determinação da pena, a promotoria “compadeceu-se” do réu, pediu apenas de 3 a 5 anos de prisão.

Mas os juízes foram muito além em matéria de generosidade: optaram por uma condenação a não mais de 18 meses.

Por incrível que pareça, Azaria achou muito, vai recorrer da sentença, quer imediata libertação

Claro, a família do palestino Sharif também não se conformou com a sentença: “Não ficamos surpresos, desde o começo sabíamos que este julgamento era um show que não nos daria justiça. A sentença é muito menor do que a imposta a uma criança palestina presa por atirar pedras (4 anos de prisão).”

A maioria da população de Israel achou a sentença correta. Pesquisa do Canal 2 revelou que 67% dos respondentes aprovaram a clemência da Justiça militar para com o cabo (*Yahoo News*, 22 de fevereiro).

O criminoso foi saudado como um herói.

Esta glorificação do assassinato reflete o ódio dos israelenses aos palestinos, agora no ápice devido aos ataques à faca promovidos por insurgentes desse povo. Por sua vez, motivados pela ocupação militar israelense da Cisjordânia e pelas violações dos direitos humanos pelo governo de Telaviv.

Trata-se de um autêntico ciclo vicioso.

Do que depender dos chefes da coligação de extrema-direita que governa Israel, ele não vai acabar.

Todos eles aplaudiram o ato criminoso de Azaria.

Naftali Bennett, líder do partido Lar Judeu e ministro da Educação, exigiu a imediata libertação do cabo israelense.

Para Miri Regev, ministro da Cultura, ele “não deveria ficar um único dia na prisão.”

Bibi Netanyahu, primeiro-ministro, também quer Azaria livre. Ele se declarou preocupado com o impacto potencial do julgamento sobre seus soldados que, ao enfrentarem situações violentas, poderiam hesitar em atirar de medo de uma investigação pública.

Em editorial de 22 de fevereiro, o jornal israelense *Haaretz* contrariou todos eles: “Um exército que impõe uma sentença de apenas um ano e meio de prisão para um soldado que matou um terrorista que já estava mortalmente ferido não envia apenas um

mensagem de desrespeito à pessoa humana, mas também de ameaça à população palestina nos territórios, porque os soldados que executam funções policiais podem agora ter dedos leves no gatilho, que o exército se absterá de responsabilizá-los por seus atos.”

Para o escritório de Direitos Humanos da ONU, a sentença foi “exageradamente leniente” e inaceitável para uma “execução extra-judicial aparente.”

Issa Amro, diretor do grupo Jovens Judeus Contra os Assentamentos, declarou à *al Jazeera* que uma sentença de 18 meses na cadeia não é proporcional ao que (Azaria) fez. “ Estamos falando de um criminoso de guerra, de acordo com a lei internacional. ”

Não se trata de um exagero. A 3ª Convenção de Genebra diz exatamente isso.

Amro afirmou que foi como se Azaria tivesse recebido um perdão do presidente.

Por sua vez, o *Adalah*, centro de defesa dos direitos da minoria árabe em Israel, também criticou a duração da penalidade, que “reflete a impunidade de que gozam os setores israelenses de segurança acusados de crimes contra palestinos.” Concluiu, afirmando que a sentença foi “uma expressão do desrespeito pelo valor das vidas dos palestinos.”

Os fatos e estatísticas dão razão ao *Adalah*.

Normalmente, quando o exército de Israel é forçado a processar soldados, dá-se um jeito para que acusações sérias sejam trocadas por outras bem menos graves.

Em janeiro, Ben Dery, comandante da polícia da fronteira, estava sendo processado por crime culposo. Feito um acordo com os promotores, a acusação foi mudada para uso negligente de arma de fogo, cuja pena é muito mais leve.

E Dery tinha sido filmado, matando a tiros Nadim Nuwan, de 17 anos, que não representava perigo algum para o militar israelense, durante uma manifestação de protesto.

De acordo com o grupo de direitos humanos *Yesh Din*, as forças armadas de Israel, realizaram 262 inquéritos sobre palestinos mortos pelos soldados desde o ano de 2.000. Somente 11 militares foram indiciados, sendo que um único foi condenado. E assim mesmo por assassinato culposo.

O contrário sucede quando os acusados são palestinos.

Documento interno do exército de Israel, revelado pelo *Haaretz*, em novembro de 2011, mostra que, em 2010, 99,74% dos julgamentos de palestinos em cortes militares terminaram com condenações.

Israel recebeu 500 queixas sobre suspeitas de violações das leis internacionais, em 360 incidentes durante a Guerra de Gaza, em 2014. Até agora abriu-se somente umas poucas investigações, a maioria focando ataques contra civis, bombardeios ilegais de edifícios e saques praticados por militares israelenses.

A família de Sharif estava certa.

No julgamento de palestinos e militares israelenses, a Justiça militar aplica dois pesos e duas medidas.

Seria a democracia de Israel realmente modelar?

Esse post foi publicado em [Oriente Médio](#), [Palestina - Israel](#) e marcado [Elor Azaria](#), [Exército de Israel](#), [Israel](#), [Julgamento de Azaria](#), [Justiça para militares d Israel](#), [Manslaughter](#), [Neftali Bennett](#), [Netanyahu](#), [Oriente Médio](#), [Palestina](#), [Palestinos condenados por Israel](#), [Partido Lar Judeu](#), [Política Internacional](#), [Pureza das Armas](#) por [Luiz Eça](#). Guardar [link permanente](#).